

Seguindo o conselho de Hipócrates: fugir da peste, no século XV português

Iria Gonçalves

Universidade Nova de Lisboa

**Alice Borges Gago**

UCP-CEHR. Universidade Católica Portuguesa

<https://dx.doi.org/10.5209/elem.100994>

Recibido: 29/02/2024 • Revisado: 19/07/2024 • Aceptado: 10/09/2024

ES Resumen. Conocidas y temidas en el mundo occidental desde la Antigüedad las plagas, cíclicas y devastadoras, han dejado profundas huellas en la sociedad y en la memoria de sus supervivientes. Los conocimientos médicos no permitían una cura, por lo que la práctica recomendada era una huida rápida de la localidad donde se detectaba la enfermedad. Una práctica que no todas las capas de la población urbana, las más afectadas, podían realizar.

Al primer signo de la plaga, los que podían, abandonaban la ciudad hacia lugares donde aún no había señal de la molestia. Así se le ocurrió al príncipe D. João, que se refugió en Beja, alrededor de 1480, huyendo de Lisboa. Allí intentó rodearse de todas las condiciones para evitar que la plaga entrase en la ciudad, al ejemplo de lo hacían los distintos gobiernos municipales.

Palabras clave: Plagas; medicina; prevención; Portugal.

EN Following Hippocrates' Advice: Fleeing the Plague in 15th-Century Portugal

EN Abstract. Known and feared in the Western world since ancient times, plagues, cyclical and devastating, left deep marks on society and in the memory of their survivors. Medical knowledge didn't allow for a cure, so rapid escape was the recommended practice. A practice that not all sections of the urban population, those most affected, could carry out.

At the first sign of the plague, all those who could do so, left the city for places where the plague had not yet arrived. This is what happened to Prince João, who took refuge in the city of Beja around 1480, fleeing Lisbon. There, he tried to surround himself with all the conditions that would allow him to stop the plague entering Beja, following the example of what was normally done by the urban governments.

Keywords: Plagues; medicine; prevention; Portugal.

Sumario: 1. A peste, um mal que influi terror. 2. E a peste instala-se. 3. Fugir da peste. 4. O príncipe D. João refugiado em Beja. 5. Bibliografia. 6. Anexos. 6.1. Edição *Disposições tomadas pelo príncipe D. João a fim de evitar que o contágio da peste penetrasse em Beja, local para onde ele e sua mulher se haviam retirado, fugindo a esse mesmo contágio que grassava em outros lugares.* (S. I., s. d. (Dezembro de 1479-Janeiro de 1480)).

Cómo citar: Gonçalves, I.; Borges Gago, A. (2025), Seguindo o conselho de Hipócrates: fugir da peste, no século XV português, em *En la España Medieval*, 48, 203-223

1. A peste, um mal que influi terror

A peste propriamente dita, assim como outras doenças com ela mais ou menos aparentadas, como era o caso de quaisquer infecções agudas das vias aéreas superiores¹, e desde que altamente contagiosas e mortíferas, que todas elas se sentiam como pestes e assim se denominavam, eram conhecidas no mundo ocidental desde épocas muito recuadas. Pelo menos a Antiguidade, tanto grega como latina, conheceu bem diversos surtos epidêmicos² que foram deixando profundas marcas, tanto no tecido demográfico como na memória dos sobreviventes.

É possível que estas, como diversas outras epidemias que se lhes foram seguindo ao longo dos séculos não fossem verdadeiras pestes e que a primeira manifestação desta doença, a apresentar sintomas irrefutáveis de natureza pestífera tivesse sido a que deflagrou no século VI, reaparecendo em muitos surtos devastadores em todo o Ocidente e ficou conhecida como “peste justiniana”³. Mas também aqueles outros embates contagiosos e mortíferos eram males terríveis, inexplicáveis, e contra os quais não havia maneira de lutar⁴. É certo que também pouco se sabia fazer contra tantas outras moléstias, mas estas, que caíam abruptamente sobre a humanidade, que tão velozmente se espalhavam à volta de qualquer lugar onde surgissem, que tão acerrimamente matavam, sem distinção, jovens e velhos, homens e mulheres, estas, eram muito mais temíveis que quaisquer outras. Só uma coisa começou a perceber-se, sem dúvida com alguma rapidez: a velocidade do contágio, a facilidade com que se transmitiam de indivíduo a indivíduo e como uma só pessoa infectada podia contagiar qualquer grupo que dela se aproximasse. Como? Esse, o grande mistério.

Por tudo isto Hipócrates, o célebre pensador e médico grego que tão profunda e longa influência havia de exercer sobre a medicina ocidental, só podia prescrever um “remédio”: a fuga. Com rapidez, para bem longe, demorando o regresso. “Remédio” que nem todos podiam tomar porque incompatível com a maioria da população, nomeadamente com os mais desmunidos, mas que todos, sem dúvida conheciam e gostariam de ter condições para seguir a prescrição. Assunto que diversos investigadores têm glosado⁵.

Como atrás ficou dito, a verdadeira peste, instalada no Ocidente, fez aqui diversas ressurgências, às quais não ficou imune o espaço onde, posteriormente, iria ser talhado Portugal⁶. Também aqui o flagelo se foi manifestando com violência, como, desde há muito, tem

¹ Como refere Roque, *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 184.

² Vejam-se, ib., pp. 73-75; Mitre Fernández, *Fantasmas de la sociedad medieval*, p. 59, entre outros trabalhos.

³ Para lá da bibliografia citada na nota anterior podem ver-se Biranben e Le Goff, “La peste dans le Haut Moyen Âge”, pp. 1484-1508; Delort, “Que a peste seja do rato!”, p. 115; Silva, *A Peste Negra em Portugal*, p. 79 e seg.

⁴ A inoperância dos tratamentos manteve-se, intacta, por dilatados séculos. Na verdade, até bem entrado o século XVIII, nenhum remédio, nenhum dos muitos cuidados preconizados pela medicina mostrava ter qualquer efeito curativo. Entre vários outros autores, Mário da Costa Roque diz-nos que só nos finais daquele século surgiram os primeiros resultados positivos, no entanto ainda aleatórios, mercê de um soro obtido a partir de sangue de cavalos imunizados contra o bacilo, mas só em 1944, a estreptomicina tornou a peste uma doença perfeitamente tratável: Roque, *As pestes medievais*, p. 69.

⁵ Entre muitos outros autores podem ver-se Tavares, “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”, pp. 17 e seg., ou recentemente, Coelho, ““Fugir depressa, para longe e por muito tempo”: comportamentos dos homens acossados pela peste”, pp. 435-449.

⁶ Leguay (“O Portugal germânico”, pp. 26, 59, 61, 76, 112), foi fazendo referência a vários surtos epidêmicos aqui ocorridos, talvez com destaque para o que grassou na sequência de uma terrível fome que se verificou em 680, pelo que encontrou uma população mais debilitada e portanto ainda menos apta do que habitualmente a opor-lhe qualquer tipo de resistência.

sido salientado pela investigação⁷. Outras das suas aparições se foram manifestando na Europa e assim em Portugal, durante os séculos XII e XIII, quer tenham sido surtos de verdadeira peste, quer de outra epidemia sentida, ao tempo, como tal⁸. Mas foi o grande flagelo de meado do século XIV o que mais profundamente marcou todo o mundo conhecido de então, maiores e mais dramáticas sequelas deixou da sua passagem, maior número de testemunhos nos legou: aquela que ficou sendo conhecida pela designação de Peste Negra, devido à cor escura que tomavam os bubões por ela ocasionados. E que tantos ressurgimentos conheceu ao longo dos séculos seguintes, a aprofundarem as consequências negativas do seu primeiro aparecimento. Em Portugal entrou no ano de 1348, em data e por caminhos ainda em discussão.

A primeira datação que as fontes portuguesas, aliás tardias, nos reservaram e que, até agora é a única que se conhece – o S. Miguel de Setembro, 29 daquele mês – foi, desde há muito, posta em causa⁹. Não cabe aqui, mais uma vez, discuti-la, mas apenas fazer-lhe algumas referências, dado que ela está na origem de todos os outros surtos que marcaram, de um modo especial, a bacia do Mediterrâneo¹⁰, tendo-se tornado na Península Ibérica, no dizer de Marcelino Amasuno, fenómeno endémico durante a Baixa Idade Média¹¹.

Na verdade, aquela data anteriormente avançada carece de fiabilidade, surgindo apenas numa nota marginal à notícia do acontecimento lançada no chamado Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra¹², portanto, posterior ao próprio registo, ele mesmo tardio, e dando talvez apenas conta do momento em que o número inusitado de mortos terá alarmado de forma significativa as populações atingidas¹³, por certo as da região de Coimbra e sobretudo as da própria cidade. Será, assim, necessário pensar em data algum tempo anterior, no mínimo uns dois meses¹⁴.

Certo é que, como já desde há muito se sabe, este flagelo teve origem no planalto central da Ásia¹⁵, chegou a Portugal bem entrado o ano de 1348 e, como já vinha fazendo em outras regiões do Ocidente¹⁶, causou aqui uma mortalidade até então nunca experimentada, a alastrar de Norte a Sul do território e, a partir daí e durante séculos foi fazendo aparecimentos cíclicos, mais ou menos contundentes, mais ou menos alargados, tanto cronológica como geograficamente, mas sempre alarmantes e devastadores. Pode dizer-se que ao menos durante os dois séculos seguintes – mas talvez ainda mais – nenhuma geração conseguiu furtar-se aos seus ataques e que a memória deixada em todos os sobreviventes não se apagaria com facilidade e seria transmitida aos mais novos, àqueles que, por ventura, não tinham ainda conhecido os seus efeitos, mas neles

⁷ Diversos investigadores têm salientado a importância destes surtos epidémicos, com maior ou menor desenvolvimento. Podem ver-se, entre outros: Delumeau, *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles): Une cité assiégée*, p. 98; Biraben e Le Goff, "La peste dans le Haut Moyen Âge", pp. 1484-1508; Carmona, *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 40; Mitre Fernández, *Fantasmas de la sociedad medieval*, pp. 91-95; Monteano, *Un enemigo mortal e invisible: los navarros en la era de la peste (1348-1723)*, p. 25.

⁸ Barros, *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. V, p. 155. Podem ver-se ali as fontes por ele citadas. Mas veja-se sobretudo Silva, *A Peste Negra em Portugal*, pp. 184-187.

⁹ Há já várias décadas por Roque, *As pestes medievais*, pp. 123 e seg.; muito recentemente por Silva, *A Peste Negra em Portugal*, pp. 218 e seg.

¹⁰ Veja-se a bibliografia já atrás citada.

¹¹ Amasuno, "Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenómeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV", p. 9.

¹² "Livro das Eras", *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. por António Cruz, Porto, 1968, pp. 80-81.

¹³ Veja-se adiante.

¹⁴ Os autores que atrás ficaram referidos, na nota 9, trataram este assunto com bastante desenvolvimento, o que aqui não faria sentido. O leitor interessado pode aí informar-se.

¹⁵ Tem sido referido por vários investigadores, como, por exemplo Carpentier, "Autour de la Peste Noire: famines et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle", pp. 1082; ead., *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*, p. 114.

¹⁶ No dizer de Albini (*Guerra, fome, peste. Crisi di mortalità e sistema sanitario nella Lombardia tardomedievale*, p. 141) a Peste Negra terá produzido os seus primeiros surtos no Ocidente em finais de 1347, em Messina, aí levada por algumas galés genovesas cujas tripulações haviam participado na guerra que esta república, ao tempo, sustentava contra os turcos. O que já foi repetido por outros autores.

iam sendo introduzidos pelos mais velhos. É provável que aquando da sua chegada a qualquer local já todos, com maior ou menor clareza a reconheceriam. E muito a temeriam.

Que a sua importância foi extraordinariamente grande prova-o hoje, para lá das profundas consequências, da mais diversa ordem, que a investigação tem vindo a trazer a lume e por certo continuará a fazê-lo, a enorme soma de trabalhos abarcando todos os campos em que, actualmente, a ciência pode dar algum contributo para o seu melhor conhecimento. E que continuam a ser-lhe dedicados. Razão tinha, há já algumas décadas, Ángel Vaca Lorenzo, quando nos dizia que “Uno de los fenómenos históricos que, sin duda, más profundamente han calado en la memoria colectiva del pueblo europeo ha sido el morbo pestífero que, a mediados del siglo XIV, azotó la mayor parte del territorio de Europa”¹⁷. Razão tinha Yves Renouard antes dele para considerar este flagelo, pela catástrofe demográfica que provocou e pela amplidão das consequências daí decorrentes, um dos acontecimentos mais importantes do milénio¹⁸.

2. E a peste instala-se

A peste instala-se no Ocidente e as suas ressurgências tornam-se frequentes, cíclicas, sempre devastadoras.

Talvez convenha, aqui, chamar algumas considerações em apoio a uma mais clara compreensão do facto.

Com a melhoria das condições de vida que a Plena Idade Média conheceu, muitas foram as mudanças que ela foi acarretando, a impregnar toda a sociedade ocidental. Como, aliás, é já há muito sabido, com a numerosa investigação que tem sido feita sobre o assunto. Algumas dessas consequências interessam para uma melhor compreensão do assunto aqui tratado¹⁹.

Como é sabido, a Europa ocidental conheceu, sobretudo a partir do século XII e até, ao menos entre nós, na Península Ibérica, perto de meados do século XIV, um significativo e sustentado aumento populacional²⁰, com gentes que se iam concentrando sobretudo em aglomerados urbanos, alguns já antigos, que iam ganhando nova vida e vigor, outros surgidos de novo. E esses centros de povoamento foram sempre crescendo, ganhando novos moradores por desenvolvimento interno, mas principalmente por aportação de gentes provenientes do exterior. E dentro deles mais e mais a população se foi adensando e foi cobrindo o seu solo – escasso – de mais edificações. Cidades reconstruídas ou de novo fundadas, foram-se tornando, cada vez mais, lugares apetecidos para viver. Lugares que com as suas fortificações, as suas muralhas, ofereciam segurança num mundo repleto de medos, reais e imaginários, mas todos actuates. Lugares que ofereciam serviços e careciam de serviços. Lugares que ofereciam liberdades, para mais garantidas por escrito, estabelecidas nas suas leis próprias e asseguradas pelos poderes superiores que as haviam outorgado. Por todos estes motivos e outros ainda, mais gentes iam atraindo. Gentes que cada vez viviam mais aglomeradas, estabelecendo contactos cada vez mais assíduos e alargados.

Por outro lado a terra ia-se cobrindo de mosteiros, expandindo-se as antigas Ordens, surgindo outras novas. Estas, que procuravam, também elas, as cidades, em cujas periferias se

¹⁷ Vaca Lorenzo, “La Peste Negra en Castilla: aportación al estudio de algunas de sus consecuencias económicas y sociales”, p. 89.

¹⁸ Renouard, “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”, p. 157. Repete o tema dois anos mais tarde: idem, “L'évènement mondial le plus important du XIV^e siècle: la Peste Noire de 1348-1350”, *ib.*, p. 143.

¹⁹ Como é facilmente compreensível, não interessa, neste momento, aprofundar as causas do fenómeno, ou fazer o estudo das suas consequências, nem sequer abordá-las, ainda que brevemente. Serão apenas referidas algumas destas últimas que tiveram influência directa na propagação e virulência da peste, com a consequente mortalidade e o medo daí decorrente.

²⁰ Fenómeno em que a nossa Península participou activamente, chamando gentes, por vezes de longes terras, atraídas pelos espaços que a chamada Reconquista ia deixando semi-despovoados mas onde haviam florescido cidades muçulmanas de vigorosa civilização. Por isso a cronologia dos fenómenos a que me estou referindo, não coincide com a que outros investigadores têm encontrado para outras paragens.

iam instalando e atraindo, para a sua envolvimento, mais famílias, mais gentes. Alguns desses mosteiros eram pequenos, com número restrito de religiosos e assim também de servidores, mas outros eram grandes, albergando comunidades numerosas. E dentro de todos eles, os respectivos membros, professores, noviços, por vezes educandos e alguns servidores, vivendo em estreito e permanente contacto uns com os outros.

Por sua vez, neste crescendo de população que exigia, como não podia deixar de ser, um correspondente acréscimo de bens alimentares, num mundo em que as capacidades produtivas pouco evoluíam e apenas o iam fazendo com muita lentidão e quase só à custa do arroteamento de novas terras²¹, os víveres disponíveis iam-se tornando cada vez mais escassos em função das bocas a alimentar, bocas cujo número continuava a crescer, sobretudo em meios urbanos²². Em breve a subalimentação era um fenómeno instalado e cada vez com mais solidez, porque cada vez ia ganhando mais e mais numerosas gentes.

Era, pois, uma população maioritariamente débil, subnutrida²³, presa de doenças várias que essa mesma debilidade propiciava e fazia alastrar²⁴, vivendo aglomerada em cidades²⁵ e sobretudo nos seus bairros mais pobres, promíscuos e sujos de toda a imundice²⁶, ou, por outro lado, em ambiente bem diferente, é certo, mas vivendo todos em estreitíssimo contacto, nas numerosas casas de religião²⁷ que proliferavam por toda a Europa ocidental, foi toda esta gente que a Peste Negra veio encontrar. O terreno ideal para a sua instalação, para o seu progresso, para a enorme mortandade que foi deixando na sua esteira. Para se compreender a devastação provocada em ambientes urbanos, bastará, talvez, lembrar as quinhentas mortes que num só dia aconteceram em Orvieto²⁸, número absolutamente aterrador para uma cidade da época, fosse ela uma grande metrópole. Por outro lado, a ilustrar o seu contacto com as populações monásticas, aí estão, um pouco por todo o lado, as crónicas que nos falam em mosteiros desertificados²⁹.

²¹ É sabido como este movimento arroteador foi importante na época. Mas convém não esquecer, por um lado, o quão difícil e moroso era esse trabalho com as condições técnicas que a época possibilitava e, por outro, que os solos minimamente rendíveis, sobretudo no espaço mediterrânico, onde nos integramos, eles eram (são) particularmente escassos, pelo que se esgotavam com rapidez. Assim, os camponeses não demoravam a atingir os solos marginais, com produções ínfimas, a terem que ser abandonados após alguns anos de cultivo.

²² Bueno Domínguez (*Espacios de vida y muerte en la Edad Media*, p. 225) diz-nos que já no século XI se pode dizer que embora as novas arroteias fossem avançando pelos campos, o espaço se caracterizava mais ainda pelas cidades que iam pontuando a paisagem, surgindo à volta de qualquer mosteiro ou castelo. Porque a marca da cidade é sempre a mais forte.

²³ Revel e Peter ("Le corps: l'homme malade et son histoire", p. 172) avaliam em quatro quintos a população que subsistia nos limites da sobrevivência.

²⁴ A este propósito são lapidares, muitas das asserções produzidas, há já várias décadas por Le Goff, *La civilisation de l'Occident médiéval*, pp. 286 e seg.

²⁵ Com toda a propriedade, Carmona (*Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII): insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*, p. 45) diz-nos que os surtos da peste foram, cada vez mais, um fenómeno tipicamente urbano.

²⁶ Existe já um sem número de trabalhos que, com maior ou menor profundidade abordam os aspectos relacionados com as imundícies que tanto desfeavam e sobretudo tornavam malsãs, as ruas urbanas medievais. Os mais significativos serão, talvez, os de Carmona, *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII): insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*, sobretudo pp. 43 e seg. e a obra pioneira de Leguay, *La rue au Moyen Âge*, p. 56 e seg.. Em ambos se abordam alguns aspectos relacionados com o impacto dessa sujidade na saúde pública.

²⁷ É certo que nos grandes mosteiros, em geral ricos, não haveria casos de subalimentação, a não ser em alguns casos isolados, por penitência assumida pelos próprios. Até as regras monásticas, que neste ponto tinham começado por ser muito rígidas, embora não no que se refere à quantidade de calorias ingeridas, estavam já, neste final da Idade Média, bastante modificadas e permissivas. Mas a maior parte das casas de religião eram pequenas e pobres. Talvez nem sempre houvesse comida em abundância, embora o problema fosse aí, muito menos grave do que entre os milhões de casas de família desmunidas que se levantavam por toda essa Europa.

²⁸ Carpentier, *Une ville devant la peste*, p. 112.

²⁹ O que também ficou dito relativamente a Portugal. Pode citar-se, como exemplo, Frei Nicolau de Santa Maria (*Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, parte II, p. 241), que nos diz terem-se despovoado muitos mosteiros daquela Ordem no Entre-Douro-e-Minho. É certo que os cro-

Mas esse foi apenas o primeiro grande embate, como já atrás ficou lembrado e como tantas vezes já foi repetido³⁰. Violentos e aterradores todos eles. Pelas devastações que provocavam; pela ignorância das suas causas, da rapidez e abrangência do seu contágio, dos mecanismos da sua actuação; pela notória incapacidade de se lhe opor qualquer resistência, pela crença generalizada, aliás, colhida nas palavras da própria Bíblia, ao longo de todo o Antigo Testamento, de que se tratava de um castigo de Deus lançado sobre a humanidade, pelos seus muitos e graves pecados³¹.

É certo que a Idade Média, especialmente durante o século XV, foi pródiga em tratados medicinais sobre a peste³², que, aliás, se iam repetindo uns aos outros, sempre com a mesma e a mais completa ineficácia³³. Mas eram procurados e lidos com avidez, do que são prova as sucessivas edições que deles iam saindo dos prelos³⁴, numa sociedade em que poucos sabiam ler. Apesar de tudo era preciso confiar em alguém e, no caso, para lá, em primeiro lugar no auxílio de Deus, que insistentemente era implorado, só podia ser nos médicos que, com muitas provas já dadas e reconhecidas conseguiam curar algumas doenças; nos cirurgiões, que sabiam bem abrir tumores por incisão cirúrgica³⁵. Infelizmente não os produzidos pela peste, mas isso, os seus pacientes ignoravam. Assim, e com maioria de razão, confiava-se nos tratados médicos, que, naturalmente, se apresentavam como representantes dos mais avançados conhecimentos até então conseguidos. O que não impedia a divulgação e o uso de muitas mezinhas que não as por eles preconizadas, como era o caso daqueles “pós de texugo” cuja receita D. Duarte pediu ao Doutor Diogo Afonso Manga Ancha e guardou no seu “Livro dos conselhos”, junto com outros remédios contra o mesmo mal³⁶.

nistas são, com frequência, muito exagerados. Todavia outras memórias talvez mais creíveis, informam-nos no mesmo sentido. Um documento de 1348, dado a conhecer há já várias décadas por Rau (“Um documento português sobre a Peste Negra de 1348”, p. 130, mas com uma primeira edição em francês datada de 1966), diz-nos que naquela altura, na colegiada de S. Pedro da Almedina de Coimbra, morreram o prior, o chantre e todos os raçoeiros daquela igreja, uns após outros, todos em um mês. E foi esta informação veiculada no prefácio dos novos estatutos, então elaborados, como explicação para a sua feitura: tendo morrido todos, ninguém sabia qual a prática anterior, pelo que era necessário o estabelecimento de uma outra. Assim apresentada, a informação adquire foros de veracidade.

³⁰ Muitos investigadores focaram já este problema, tentando ou não estabelecer cronologias. Limitando-me à Baixa Idade Média, poderei citar, entre muitos outros: Amasuno, “Cronologías de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”, pp. 25-32; idem, “Literatura y epidemia”, pp. 11-35; Camps I Clemente e Camps I Surroca, *La peste del segle XV a Catalunya*, pp. 281-292; Monteano, *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 172; Touati, “Un mal qui repand la terreur? Espace urbain, maladie et epidemies au Moyen Age”, p. 27; Albini, *Guerra, fame, peste*, pp. 22-62. Cronologias que têm sido tentadas para espaços mais ou menos alargados. Naturalmente, também em Portugal algumas tentativas têm sido feitas, acrescidas de alguns casos pontuais, a começar em Meilhes, *Memórias de epidemiologia portuguesa, passim*; Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 21; idem, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, pp. 121-122; Barros, *Historia da administração publica em Portugal*, t. V, pp. 165 e seg.; Ferreira, “Epidemias”, pp. 62-64; Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. I, p. 425; Braga e Oliveira, “A saúde”, p. 654; Moreno, “A epidemia de 1453-54”; Coelho, ““Fugir depressa, para longe e por muito tempo””, p. 440; Rodrigues, “Uma peste em Torres Vedras em 1395”, pp. 13-15; Silva, “A “Pestis secunda” em Portugal (1362)”, pp. 17-33.

³¹ Também os médicos gregos e helenísticos consideravam a peste como uma doença de origem divina, em cujo tratamento se prescrevia uma terapêutica religiosa (Peña e Girón, *La prevención de la enfermedad en la España bajomedieval*, p. 146).

³² Como o *Tratado de la peste*, da autoria do português Vasco de Taranta (“Tratado de la peste”, fol. XXXX-XLVIII) ou o *Regimento proueytoso contra a pestenença*, publicado no Porto, 1962, que Roque reeditou em *Pestes medievais*, pp. 419-438 e transcreveu com muitas anotações em *ib.*, pp. 316-339.

³³ Já muitos investigadores se têm interessado por esses tratados, como, por exemplo, Roque, *Pestes medievais, passim*; Amasuno, *Contribución al estudio del fenomeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el “Regimento contra la pestilencia” del bachiller Alfonso López de Valladolid, passim*; idem, *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV, passim*; idem, “Literatura y epidemia”, pp. 9-35.

³⁴ Veja-se o que diz Roque, *Pestes medievais*, pp. 371-372.

³⁵ Como nos diz Moisés, *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*, pp. 43-44.

³⁶ *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, pp. 94-96, 247-248. Segundo o Doutor Diogo

Porém, a crença generalizada de que esta enfermidade era um castigo divino³⁷, facto assumido pela Igreja e pregado aos fiéis, inclusive por grandes figuras como S. Vicente Ferrer³⁸, tornava tudo mais difícil e complicado. Jean-Pierre Leguay diz-nos, muito lapidariamente, que “Des maladies vecues comme une punition divine font peur”³⁹. Para mais, a sociedade que habitara o mundo ocidental da época e das centúrias seguintes, desenvolvera uma civilização que atribuía à culpabilidade um peso tão esmagador como nenhuma outra fizera⁴⁰, o que no caso concreto da peste castigadora contribuía para a tornar ainda mais aterradora. Depois a incompreensão das suas causas, como já atrás ficou lembrado, embora muitas fossem sendo apresentadas⁴¹; depois, como também já ficou dito, a visível impotência daqueles de quem seria legítimo esperar algum auxílio, o medo que eles próprios, homens como todos os demais, também médicos e sacerdotes mostravam na aproximação aos doentes⁴², seria muito difícil de suportar. Mais ainda, de superar. Até porque não faltariam aqueles que se interrogariam sobre a responsabilidade que individualmente lhes caberia no advento do flagelo e, como consequência, de que modo seriam recebidos quando fossem chamados à presença de Deus. Ideia altamente perturbadora em qualquer circunstância, ainda quando não acrescida pela responsabilidade de tão imensa culpa.

Pensando em todo este conjunto de sentimentos que perseguiriam e assolariam as gentes a quem coube viver estes tempos, tornam-se compreensíveis muitos dos comportamentos que se sabe terem surgido, ou terem-se intensificado em tal conjuntura e nos podem parecer a nós, agora, desarrazoados.

E em todo este contexto que não poupava ninguém, por certo convencidos da indisponibilidade em que Deus se encontraria para os ajudar, uma só actuação era exequível: a fuga.

3. Fugir da peste

Fugir da peste: de onde e para onde? Em que condições? Com que perspectivas de sucesso? Perguntas, todas elas, envolvendo questões delicadas e respostas, para a maior parte dos indivíduos, muito dúbias. Com excepção da primeira: fugir de onde? Da cidade, naturalmente. Como já atrás ficou dito, a peste foi, essencialmente, um fenómeno urbano. Mas já aí começavam as dificuldades. Se a cidade não tinha ainda sido contaminada, uma parte da sua população,

Afonso Manga Ancha, estes “pós”, desde que frescos, no máximo até um ano, eram a “melhor cousa de todas as outras contra a pestilença”. A sua esposa, porém, morrera, não obstante tê-los tomado. Isso, porém devesse-se ao facto de os “pós” serem “velhos”.

³⁷ O que a iconografia bem mostra quando representa o próprio Cristo lançando sobre a humanidade as frechas da peste (veja-se o exemplo apresentado por Frugoni, *Paure medievali: epidemie, prodigi, fine del tempo*, estampa 202, p. 320).

³⁸ Como nos diz Rubio, *Peste Negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV: la ciudad de Valencia (1348-1401)*, p. 82.

³⁹ Leguay, “La peur dans les villes bretonnes au XV^e siècle”, p. 77.

⁴⁰ Como nos diz, a caracterizar a civilização ocidental dos séculos XIII a XVIII, Delumeau, *Le péché et la peur: la culpabilisation en Occident (XIII^e-XVIII^e siècles)*, pp. 9-10. O autor desenvolve o assunto ao longo de todo este seu trabalho. Veja-se também, do mesmo autor, *La peur en Occident*, sobretudo pp. 98 e seg.

⁴¹ É sabido como as causas naturais da peste foram procuradas em determinadas conjunções astrais, na corrupção dos ares, das águas, ajudada pelas imundícies que proliferavam, sobretudo pelas ruas citadas, no pensar das populações cultas; por contaminações proposítas, por acção de determinados grupos mais ou menos marginais, onde os judeus foram as vítimas preferencialmente escolhidas, pela gente comum, quando algum foco epidémico se manifestava nas cidades onde viviam. Tavares (*Os judeus em Portugal no século XV*, vol. I, p. 425) apresenta uma lista cronológica, entre 1477 e 1493, onde em todos os anos em algumas cidades ou vilas em que surgiram focos de peste e onde os judeus foram implicados. Nada disso impedia que a doença continuasse a ser considerada castigo de Deus que, como criador e senhor do universo, podia agir nele de todos os modos (veja-se, por exemplo, Frugoni, *Paure medievali*, pp. 108-110 ou Falk, *A Idade Média: a verdadeira Idade das Luzes*, p. 265).

⁴² Bueno Domínguez (*Espacios de vida y muerte*, p. 423) fala-nos nos médicos que muitas vezes não queriam atender os doentes e quando o faziam salpicavam as suas vestes com vinagre e perfumes, não engoliam a saliva e evitavam respirar pela boca e apenas tocavam nos pacientes com umas varinhas; que os sacerdotes davam a absolvição de longe e a comunhão sobre uma espátula de prata, fixada a uma varinha comprida de um metro.

embora nunca uma grande parte dela, podia sair e encontrar acolhimento em outro lugar. Mas para quê sair de uma cidade ainda incólume, podendo, eventualmente, procurar acolhida num lugar pior? Todavia, se já nela se manifestara a suspeita de que a peste chegara, não havia destino possível, a não ser para os mais ricos que possuíam casas e outros bens no campo, isto é, para as elites urbanas e sobretudo para aquela ínfima camada de população que os grandes senhores preenchiam. São bem conhecidos, na circunstância, os casos de recusa de entrada na cidade a pessoas e até objectos provenientes de lugares suspeitos⁴³ ou pelo menos, e sobretudo no caso de cidades portuárias, a obrigação de cumprimento de um determinado número de dias de quarentena – de “degredo”, como então se dizia – antes da sua introdução portas adentro⁴⁴. Para além do cerrado controlo de quem transpunha essas portas, que adiante será referido. Depois, que condições tinha a grande maioria da população medieval para deixar assim, inopinadamente, o local onde se radicara e partir? É certo que as migrações, nesta época, se sucederam com frequência. Mas tinham um sentido contrário. Eram protagonizadas sobretudo por camponeses a quem a terra, por vezes da Natureza, ou pela maldade dos homens, sob a forma de guerra, ou por quaisquer outros motivos negava o magro pão a que estavam habituados e procuravam a cidade. A cidade, onde se concentravam as riquezas, onde os governos municipais tinham capacidade para fazer chegar alimentos, por vezes de bem longe, onde havia algumas formas de assistência, onde se podia encontrar qualquer trabalho, ou mesmo mendigar. Mas nesta circunstância havia que sair da cidade. Com que meios de sobrevivência? E com que perspectivas de os encontrar no local de chegada? Estas e tantas outras perguntas deviam fervilhar nas mentes da grande maioria da população. Principalmente entre os mais desvalidos.

No entanto, a todas estas considerações de carácter material que impediam ou, pelo menos, criavam graves problemas a dificultar deslocações, por vezes múltiplas e por tempo impossível de determinar à partida, outras se lhes juntavam, de carácter moral. Mais uma vez.

Sendo a peste uma punição divina, seria lícito fugir-lhe? Não seria qualquer coisa como querer ultrapassar os próprios desígnios de Deus? E qual seria o resultado?

É impossível que alguns – talvez não muitos, dado o terror que a peste influa – equacionassem o problema com toda a seriedade, na indecisão de ficar ou partir. As consciências mais delicadas, como era o caso, por exemplo, de D. Duarte, que nos deixou, nos seus escritos, razões para assim o considerarmos. E que, sintomaticamente, pensou sobre o assunto de forma aprofundada e analisando os prós e os contras. A sangue frio e por certo chegando à sua conclusão após bastante tempo, para bem a amadurecer. E concluiu pela licitude da fuga e assim a aconselhava a todos, desde que o dever não exigisse o contrário⁴⁵. Como a investigação já pôs de realce, há muito⁴⁶. O que talvez não aflorasse à mente de D. Duarte era o quanto isso se podia tornar difícil para a generalidade dos seus súbditos, ainda que o dever os não obrigasse a ficar.

Todavia, certo é que muitos, efectivamente fugiam: os que possuíam bens em outros lugares, os que tinham dinheiro para despender, aqueles, que na época, eram designados por “homens honrados”, em oposição aos demais, os “vilões”, os “homens de pé”, ou “de baixa sorte”. Como já foi notado por outros investigadores, nestas circunstâncias a população citadina dividia-se

⁴³ Muitos autores o têm verificado, como, por exemplo, Barros, *Historia da administração pública em Portugal*, t. V, pp. 172-173; Tavares, “A política municipal de saúde pública”, p. 20; Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 122; Roque, *Pestes medievais*, p. 179; Monteano, *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 104-106; Montemayor, “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”, p. 1120; Camps I Clemente e Camps I Surroca, *La peste del siglo XV a Catalunya*, p. 59; Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, p. 20; Gonçalves, “Saúde e assistência durante as epidemias na Loulé quinhentista”, p. 184.

⁴⁴ Marques, “Administração municipal de Vila do Conde, em 1466”, p. 45; Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, p. 117; Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 122; Montemayor, “Una ciudad frente a la peste”, p. 1117; Albin, *Guerra, fome, peste*, pp. 99 e seg; Gonçalves, “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana)”, p. 352.

⁴⁵ Com efeito, D. Duarte dedica todo um capítulo do seu *Leal Conselheiro* a aprofundar o assunto e demonstra bem que não o trata de ânimo leve (Dom Duarte, “Leal conselheiro”, cap. LIV, pp. 355-358).

⁴⁶ Vejam-se por exemplo: Barros, *Historia da administração pública em Portugal*, t. V, pp. 174-175; Roque, *Pestes medievais*, p. 142; Tavares, “A política municipal de saúde pública”, pp. 19-20.

em dois grupos: os que podiam sair e os que tinham de permanecer⁴⁷, sob pena de colocarem em causa a sua sobrevivência. E a morte pela fome, bem conhecida na época, não era menos apavorante do que esta outra que, ficando, eram obrigados a enfrentar.

Antes de todos e mais do que todos eram os reis que partiam de onde quer que se encontrassem, logo que os primeiros rumores de aproximação do flagelo chegassem ao lugar da sua estadia. É certo que, anteriormente ao século XV não nos chegaram notícias destas fugas, ou porque os cronistas lhes não tivessem prestado atenção ou outros testemunhos se houvessem perdido, ou não tivessem, até agora, despertado a atenção dos investigadores. Porque é muito difícil de acreditar que os reis de Portugal, sobretudo os da segunda metade de Trezentos, fossem insensíveis aos surtos pestosos que entretanto se manifestaram, ou desconhecêssem a recomendação de Hipócrates que, todavia, se impunha ao pensamento de qualquer pessoa medianamente inteligente, dadas as condições sanitárias disponíveis. Eles, que tinham todo o país para poderem fugir. Porém, a partir do século XV, as evidências das tentativas de fuga à epidemia começam a acumular-se, e não só a partir das altas personalidades, mas também de gente comum, embora dos mais abonados, como não podia deixar de ser.

Maria José Tavares, por exemplo, fala-nos em fugas generalizadas e envolvendo quantos podiam fazê-lo e apresenta exemplos provenientes de Loulé, Castelo de Vide, Viseu⁴⁸; Gama Barros, por seu lado, aponta como exemplo a reunião que os homens bons do Porto realizaram em Azurara, em Julho de 1481, para a eleição dos magistrados municipais, fugindo à peste que grassava na cidade⁴⁹. Como se sabe, as próprias reuniões de cortes chegaram a ser deslocadas por igual motivo. Foi o caso das de 1481, convocadas para Évora e aí iniciadas em Julho, mas em Janeiro do ano seguinte deslocadas para Montemor-o-Novo, de onde mais uma vez saíram, para terminar em Viana do Alentejo⁵⁰. Todavia aqui, nestas circunstâncias, era já o rei e alguns dos grandes senhores que estavam também em causa. E os reis, com os seus familiares, protagonizavam as mais conhecidas. O que se afigurava natural, na medida em que, proteger as suas vidas era, efectivamente, uma prioridade.

Assim, sabemos que logo em inícios do século XV, grassando a peste mais uma vez, em Lisboa – Lisboa, a que Joaquim Romero Magalhães se referiu como “esse depósito endémico”⁵¹ – e retirados os soberanos para Sacavém no entanto ali tão perto e com contactos tão frequentes com pessoas provenientes de Lisboa, não tardou que o mal aí chegasse, pelo que D. João I se afastou, a procurar refúgio no mosteiro de Odivelas. Não quis a rainha acompanhá-lo desde logo e antes de terminar as suas orações, pelo que ficou em Sacavém mais algum tempo. Porém, segundo o cronista, “estando assim em na igreja lhe deu a dor da pestenença”⁵², seguindo-se o conhecido desenlace⁵³. Aparentemente, o contágio ter-se-ia verificado entre a manhã, altura em que o rei demandou Odivelas e as horas em que a rainha ainda permaneceu em Sacavém.

Mais uma vez ficava demonstrada a pertinência do aconselhamento de Hipócrates e, neste caso de D. Filipa, especialmente na sua primeira parte: fugir depressa.

A estas, outras fugas reais se seguiram, algumas delas também malogradas, como aquela que realizou D. Duarte, o qual, estando em Évora quando aí sobreveio a epidemia que o levou a

⁴⁷ Como diz, por exemplo, Roca Cabau, “Medidas municipales contra la peste en la Lleida del siglo XIV e inicios del XV”, p. 34.

⁴⁸ Tavares, “A política municipal de saúde pública”, pp. 19-20; Silva (*As portas do mar oceano*, vol. I, p. 168) diz-nos que em 1483 um louletano se recordava que em certa ocasião, temendo o surto de peste que então se aproximava, todos os homens bons da vila tinham fugido, ficando apenas um deles.

⁴⁹ Barros, *História da administração pública em Portugal*, t. V, p. 178. Também Ferraz e Domingues, “Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV”, pp. 158-159.

⁵⁰ Barros, *História da administração pública em Portugal*, t. V, p. 178; Tavares, “A política municipal de saúde pública”, p. 19. Serrão (“Évora, cortes de (1481)”, p. 154) diz apenas que elas foram transferidas de Évora para Viana e não para Montemor, “como dizem os cronistas”.

⁵¹ Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico*, p. 20.

⁵² Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. XXXVIII, p. 147.

⁵³ Sobre este episódio da morte da rainha D. Filipa já muitos investigadores trabalharam. Veja-se, por todos, Silva, *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, pp. 261 e seg..

deslocar-se para Avis e daí até Ponte de Sor e depois Tomar aonde, tendo sido contaminado em algum dos anteriores locais de estadia, acabou por falecer⁵⁴.

Cerimónias de grande vulto, como casamentos reais foram também deslocados de uma para outra cidade, ou foram objecto de preparativos de saneamento assaz demorados e complexos, para evitar os perigos da peste. Assim o casamento do mesmo D. Duarte, de Évora, onde o próprio noivo já tinha feito avultados e dispendiosos preparativos a fim de receber condignamente a sua prometida, para Coimbra⁵⁵, ou o do príncipe D. Afonso, desviado de Lisboa para Évora⁵⁶; assim o desse mesmo príncipe, onde, agora sem deixar Évora, se levaram a cabo complicadas práticas sanitárias que os cronistas fizeram chegar até nós⁵⁷ e a investigação já por diversas vezes dissecou⁵⁸.

Preciso era preservar a saúde. Tanto quanto possível, lançando mão de todos os meios ao dispor, o que, mesmo para as famílias mais altamente colocadas era muito pouco, mas tudo o que a época possuía.

4. O príncipe D. João refugiado em Beja

Diz-nos Rui de Pina que estando o rei, o príncipe e a corte, em Janeiro de 1480, em Lisboa, daí partiram “por causa da grande e muy crua pestenença que na cidade sobreveu”, a qual durou bem dezassete anos⁵⁹. Número que Saul António Gomes aceitou⁶⁰, mas que Maria Helena da Cruz Coelho prolongou por vinte e um anos, entre 1477 e 1497, manifestando-se em diversas cidades do reino⁶¹. Na circunstância, o destino escolhido pelo príncipe D. João foi Beja. Porque ao tempo a vila se encontrava ainda livre de contágio e talvez também porque seu filho, o infante D. Afonso, iria entrar nas chamadas Terçarias de Moura⁶², ao cuidado da infanta D. Beatriz, e Beja era um local bem perto.

Aí refugiados, o príncipe e a sua mulher, a princesa D. Leonor, não podiam descurar as preocupações e os cuidados com a sua saúde, num tempo em que a peste continuava a fazer estragos no país e chegava ao Alentejo⁶³. Nestas circunstâncias e tentando evitar a entrada da epidemia em Beja, elaborou o príncipe, ou alguém por ele, um texto a que chamou “regimento”, embora mais não fosse do que o editar das disposições que os governos municipais de toda a Europa da época, e assim também os portugueses, desde há muito vinham pondo em prática, em conjunturas semelhantes.

Como a única coisa a fazer era fugir do contágio⁶⁴ e como, estando a vila alentejana de boa saúde, esse contágio só podia vir do exterior, a primeira coisa a fazer era observar as estradas

⁵⁴ Veja-se Pina, “Chronica do senhor Rey D. Duarte”, cap. XLII, p. 572.

⁵⁵ Embora a peste tivesse sido apenas um pretexto para a mudança, no fundamentado dizer de Duarte (*D. Duarte: requiem por um rei triste*, pp. 114-117), ele era, no entanto, o mais credível pretexto. O que é bem significativo.

⁵⁶ Resende, *Crónica de D. João II e miscelânea*, cap. CXVII, p. 158.

⁵⁷ *Ib.*, cap. CXVIII, pp. 164-165; Rui de Pina, “Chronica d’elrei D. João II”, cap. XCIV, p. 973.

⁵⁸ Barros, *Historia da administração publica em Portugal*, t. V, p. 180; Tavares, “A política municipal de saúde pública”, p. 19; Braga, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II*, pp. 76-77; Sá, *De princesa a rainha velha: Leonor de Lencastre*, p. 128.

⁵⁹ Pina, “Chronica do senhor rey D. Afonso V”, cap. CCVIII, p. 873. Também Góis, *Crónica do príncipe D. João*, cap. CIIII, p. 215.

⁶⁰ Gomes, *D. Afonso V*, p. 268 e já antes dele tinha sido aceite por Barros, *Historia da administração publica em Portugal*, t. V, p. 176.

⁶¹ Coelho, ““Fugir depressa, para longe e por muito tempo””, p. 440.

⁶² Sobre este assunto, que já mereceu a atenção de muitos investigadores, podem ver-se, por exemplo: Fonseca, *D. João II*, pp. 67 e seg.; Dias, Braga, Braga, “A conjuntura”, pp. 698-700; Torres, “Terçarias de Moura, Tratado (1479)”, p. 156.

⁶³ Rui de Pina diz-nos (“Chronica do senhor rey D. Afonso V”, cap. CCVIII, p. 873) que no Verão de 1480, estando a Excelente Senhora, D. Joana, em Évora sobreveio aí peste, sendo ela levada para o Vimeiro e depois para o convento de Santa Clara, em Coimbra, em Novembro do mesmo ano.

⁶⁴ Aquando dos primeiros embates da peste de meados do século XIV, referem alguns autores que a rapidez do contágio, a forma como alastrava desenvolvendo-se por espaços cada vez mais dilatados, era o que causava o mais espantoso terror. Assim no-lo dizem, por exemplo, Carmona, *Enfermedad y sociedad*,

a ela conducentes, estudar os destinos a que davam acesso e verificar quais eram os mais importantes – o que, aliás, era bem sabido – para serem fiscalizados com todo o cuidado.

Ora, qualquer povoação de alguma importância é sempre o centro de uma estrela de caminhos capazes de a aproximarem, directamente ou nem tanto assim, de qualquer outro lugar, mais próximo ou mais longínquo. Tanto mais que Beja, pelas características do sítio que para ela fora escolhido, era um importante nó de trânsito.

Como nos diz Hermenegildo Fernandes, Beja, erguida num ponto ligeiramente elevado no meio da vasta planície alentejana, entre as bacias hidrográficas do Guadiana e do Sado, dominava todo o espaço que por entre elas se alastrava, facto que lhe conferia uma função privilegiada no fluxo da circulação de pessoas e bens que atravessavam o Além-Tejo⁶⁵. O que a tornava ponto de passagem obrigatório pelo menos em dois grandes eixos de circulação: um deles que subia o Guadiana até Mértola, seguindo depois por terra, paralelamente ao rio, bifurcando em seguida nas direcções de Alcácer do Sal/Lisboa e Évora; o outro era o que saindo de Lisboa e podendo passar por Santarém, a atingir Évora, passava o Guadiana próximo de Serpa, podendo atingir Sevilha por Aroche e Aracena⁶⁶. Mas havia ainda um terceiro que, na direcção Sul, a passar por Aljustrel, se desenvolvia em dois troços para atingir o Algarve em Silves e em Loulé/Faro e que em sentido oposto, articulando mais uma vez com Évora e Santarém abria passagem a todo o Norte.



Mapa 1. Caminhos conducentes a Beja

Beja era, assim, uma encruzilhada onde passavam significativos fluxos de pessoas e bens provenientes de uma alargada região, correspondente, “grosso modo”, ao Sudoeste peninsular⁶⁷.

Numa outra vertente, Beja era o centro de uma vasta região cerealífera, tanto mais importante quanto se inscrevia num país tradicionalmente pobre em cereais. O seu papel exportador,

p. 58, ou Bueno Domínguez, *Espacios de vida y muerte*, p. 423.

⁶⁵ Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval*, p. 33.

⁶⁶ *Ib.*, pp. 33-34. Veja-se o mapa que acompanha estas páginas e também os publicados por Garcia, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, em extra-texto e Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. II, p. 233, os quais serviram de base para a elaboração do que aqui se apresenta.

⁶⁷ Para este ponto importa a leitura de Garcia, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, pp. 99 e seg.

sobretudo para Lisboa e para o Algarve, as regiões sempre mais carenciadas de pão, só podia tornar-se efectivo a partir de um centro aglutinador onde se acumulassem todos os excedentes do seu alargado termo para que, a partir dele, pudessem demandar os destinos de procura. Centro que não podia ser outro além da própria vila⁶⁸. Isto implicava um intenso vaivém entre vila e termo, procurada que era esta por todos os aldeãos que habitavam o seu espaço jurisdicional. Principalmente durante o período da recolha do cereal e algum tempo posterior a ela, correspondente, já, às exportações.

Ora, o tempo das ceifas, das malhas, da arrecadação do trigo de 1481, em que a peste se expandia por diversos pontos do país, passaram-no os príncipes D. João e a sua mulher, segundo Damião de Góis, em Beja⁶⁹.

A vila era, naturalmente, uma povoação amuralhada. Mas à época já ganhara, pelo menos, um arrabalde⁷⁰, aberto portanto, mas fazendo parte integrante do tecido urbano, o que decerto implicava contactos ao menos quase tão assíduos como aqueles que se verificavam entre quantos habitavam no interior das muralhas.

Guardar qualquer cidade dos ataques da peste era em extremo difícil, do que constituía prova a velocidade com que se expandia o contágio, a partir de qualquer lugar onde os seus sintomas se manifestassem. Revestindo as características desta vila, as dificuldades alargavam-se. Contudo, era preciso fazer o máximo que se podia. Assim procedeu o príncipe D. João.

O primeiro ponto a ter em consideração era evitar a entrada de pessoas e objectos procedentes de locais contaminados: de lugares “onde morrem”⁷¹, no significativo dizer, aliás corrente, na época e na circunstância, do texto que adiante se reproduz. Para isso o príncipe colocou, em quatro lugares estrategicamente escolhidos nos principais caminhos convergentes a Beja – Cuba, Alfundão, Aljustrel e Serpa – indivíduos encarregados de controlar todos os viajantes com destino àquela vila. Eram povoações ainda um pouco distantes de Beja – sendo que também alguns centros urbanos usavam, no caso, das mesmas precauções⁷² – mas vigiavam-se, a partir daqueles quatro pontos, os caminhos que maiores fluxos de trânsito suportavam: Lisboa, Santarém, Évora, o Algarve, o Sul de Castela, com destaque para Sevilha⁷³. Foi, porém, esquecido um outro caminho de acesso a Beja: aquele que, subindo o Guadiana até Mértola, seguia depois por terra, a acompanhar a margem direita do rio, até entroncar naquele outro que passava por Serpa. Quem seguisse esse percurso não encontraria nenhum posto de controlo até chegar a Beja. Ter-se-á considerado esse caminho de menor importância. No entanto abria-se à navegação marítima, abria-se a todo o trânsito saído do Mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar. Já não podia, na época, ser assim tão desprezível.

Era todo o horizonte possível entre os quatro pontos cardiais e só teriam acesso à vila os viajantes que tivessem passado por qualquer daqueles postos de vigilância. Porque em cada um deles era a todos perguntado de que lugar vinham e se passava de trinta dias – o prazo de quarentena então estipulado⁷⁴ – que tinham estado em lugar “onde morrem” e se traziam consigo coisa proveniente

⁶⁸ Fernandes (*Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo*, p. 80) ao analisar o papel aglutinador e exportador que Beja desempenhava, diz-nos que toda a vila, em bloco, parecia funcionar como um gigantesco centro de exploração agrícola.

⁶⁹ Em princípios de Agosto, diz-nos Góis (*Crónica do príncipe D. João*, cap. CIII, p. 215) ainda o príncipe e sua mulher se encontravam em Beja, onde o rei os foi procurar. Nessa altura convinha que o cereal já estivesse arrecadado, de acordo com o adágio popular, o qual informava que “quem malha em Agosto já malha com desgosto”, significando assim que nessa altura, e prevenindo-se possível mudança de tempo, já todo o cereal deve estar recolhido a bom recato.

⁷⁰ Veja-se, para maior facilidade, o documento em anexo.

⁷¹ Como se explica no documento em anexo. Todas as citações que adiante forem sendo feitas serão extraídas do mesmo texto, pelo que será desnecessário voltar a referir a fonte.

⁷² Como foi o caso de localidades como Loulé (Gonçalves, “Saúde e assistência durante as epidemias”, p. 184), em Vila do Conde (Marques, “Administração municipal de Vila do Conde”, p. 45), ou Toledo (Monte-mayor, “Una ciudad frente a la peste”, p. 1117).

⁷³ Veja-se o que atrás ficou dito sobre os caminhos conducentes a Beja e os mapas então referenciados.

⁷⁴ O prazo de quarentena era, por assim dizer, pelo menos no século XV, universalmente prescrito e podia variar entre vinte e quarenta dias. Devia ser guardado pelos que vinham de fora e por quantos houves-

desse lugar. Aí prestavam juramento de que falavam verdade, juramento que era pedido a cada um segundo a sua condição, isto é, aos clérigos e religiosos pelas Ordens que haviam recebido e pondo a mão nos Evangelhos, aos comendadores e cavaleiros das Ordens Militares pelos respectivos hábitos e pondo neles a mão⁷⁵, aos judeus e aos mouros, pela sua Lei; a todos os outros – os leigos, sem mais – colocando a mão nos Santos Evangelhos, como era a forma habitual.

Caso as respostas fossem satisfatórias receberiam um certificado⁷⁶ com assinatura do responsável pelo lugar do controlo, e cuja fórmula ficou expressa. Nele constava a identificação e as condições sociais do transeunte, a do responsável pela vigilância do lugar de passagem e o certificado de que aquele prestara juramento na forma requerida, assegurando não ter estado em lugar “onde morrem” há menos de trinta dias e assim também nada daquilo que consigo transportava.

Como já atrás ficou dito, nada se refere, nas normas estabelecidas pelo príncipe, acerca das portas por onde entrariam os visitantes, pelo que, aparentemente, todas elas estariam acessíveis. Não poderia ser assim. Se era esse o procedimento normal, durante o dia e em tempos tranquilos, não o era em períodos conturbados, como acontecia sempre, quando a peste rondava. Nestes casos as cidades protegiam-se fechando sempre algumas das suas portas, em regra a maioria⁷⁷, podendo, inclusivamente, entaipá-las a pedra e cal⁷⁸. Beja também se teria protegido desse modo, deixando a funcionar no máximo quatro portas – e eram muitas – talvez para corresponderem aos quatro pontos de vigilância atrás referidos. E mesmo assim seriam muitas⁷⁹. Tratava-se de uma feroz guerra de assédio, em que tudo era válido, para manter o inimigo à distância: podiam colocar-se nos acessos guardas armados⁸⁰; podiam, porque os arrabaldes, abertos, eram mais frágeis, obrigar os moradores a transferirem-se para o interior das muralhas⁸¹.

Assim, em Beja, os visitantes, à chegada, entregariam aos guardas da porta o documento anteriormente obtido, de novo prestariam juramento na forma atrás indicada e só então podiam entrar na vila.

Estes documentos deviam ser diariamente entregues ao meirinho do príncipe, encarregado de os guardar todos “em hũa linha”. Naturalmente, para nenhum deles se perder.

O não cumprimento destas disposições implicava, como seria de esperar, penas severas. Quem chegasse sem o respectivo certificado seria de imediato preso, a fim de se averiguar se teria estado, durante os últimos trinta dias, em algum lugar suspeito e, nesse caso, fidalgos,

sem tido contacto com doentes, em especial pelos respectivos cuidadores. Vejam-se alguns exemplos em Roque, *Pestes medievais*, pp. 185-189; Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 122; Marques, “Administração municipal de Vila do Conde”, p. 45; Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa*, p. 116; Gonçalves, “Saúde e assistência durante as epidemias”, p. 184; Gonçalves, “Enfrentar a peste”, p. 352; Montemayor, “Una ciudad frente a la peste”, p. 1117; Camps I Clemente e Camps I Surroca, *La pesta del segle XV a Catalunya*, p. 59.

⁷⁵ Ficou dito que para estes tal juramento era tão grande que não podiam fazer outro sem caírem em pena.
⁷⁶ O que era comum, nestas circunstâncias, ser exigido pelas cidades, a fim de facultarem a entrada a forasteiros: Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa*, p. 117; Tavares, “A política municipal de saúde pública”, p. 20; Gonçalves, “Saúde e assistência durante as epidemias”, p. 184; Gonçalves, “Enfrentar a peste”, p. 354; Monteano, *Un enemigo mortal e invisible*, p. 201; idem, *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 194; Montemayor, “Una ciudad frente a la peste”, p. 1118.

⁷⁷ Este era um dos primeiros cuidados de qualquer cidade, e numerosos investigadores o comprovaram já. Podem ver-se, entre muitos outros: para lá da bibliografia citada na nota anterior, Pina, “A medicina portuense no século XV (alguns capítulos)”, pp. 455-456; Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 122; Carpentier, *Une ville devant la peste*, p. 100, Camps I Clemente e Camps I Surroca, *La pesta del segle XV a Catalunya*, p. 59.

⁷⁸ Como chegou a acontecer por exemplo, em Pamplona. Monteano, *Un enemigo mortal e invisible*, p. 106; Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, p. 126; Ferraz e Domingues, “Notas sobre a peste na cidade do Porto”, p. 159.

⁷⁹ Em cidades maiores, como Pamplona, podiam ficar abertas, em funcionamento, duas portas (Monteano, *Un enemigo mortal e invisible*, p. 106).

⁸⁰ *Ib.*.

⁸¹ *Ib.*, p. 194.

cavaleiros e escudeiros perderiam os seus bens; gentes desmunidas seriam publicamente açoitadas.

Mas o príncipe, neste sentido, queria ir mais longe: afastar de Beja, num raio de três léguas, isto é, dezoito quilómetros⁸², todas as pessoas e objectos provenientes de lugares suspeitos, durante o período considerado perigoso. No entanto para realizar esse intento que algumas povoações, é certo, levaram à prática⁸³, embora talvez não num círculo tão alargado, nada no seu texto indica que o príncipe tivesse posto em acção, pelo menos de uma forma tão abrangente, como adiante será referido. Na verdade, para fiscalizar os caminhos, numa vigilância que tinha que ser constante, dia e noite e numa tão longa extensão, precisava mudanças de turno em cada um dos muitos pontos de vigia necessários para cobrir todo o espaço⁸⁴. Nomeadamente na planície alentejana, fácil de vigiar ao longe, sim, mas não na busca de pequenos objectivos como seria o caso de alguns caminhantes em tão dilatado périplo, mas sobretudo pela sua mesma planura onde poucos obstáculos se deparavam, pelo que a maior parte dos percursos podia ser feita fora de qualquer alinhamento de caminhos como era prática corrente em tais espaços⁸⁵. É certo que o príncipe D. João podia ter sob as suas ordens, para este ou para quaisquer outros serviços, todos os homens de que precisasse. Sem dificuldade. No entanto só mandou que em alguns dias da semana se guardassem as estradas, e numa extensão assaz mitigada: num raio de meia légua, isto é, três quilómetros, guarda montada por “algũs escudeiros que pera ello serem hordenados”. Isto é, alguns homens, de vez em quando, vigiariam os caminhos nas imediações da vila. Manifestamente insuficiente, até como elemento dissuasor. Ele próprio se deveria ter apercebido disso, fiado que estaria nos guardas das portas. Talvez.

Proibido ficava também, aos moradores, dar pousada a quaisquer forasteiros na sua própria casa “por diuedo nem rrazam que com elles tenham” sem o fazerem atempadamente saber a Rui de Sousa, meirinho-mor do príncipe, que por certo se encarregaria de averiguar sobre a proveniência das pessoas em causa. O que também era comum ser proibido pelos responsáveis municipais⁸⁶. Em situação semelhante o Funchal proibia mesmo a reentrada na vila a qualquer morador que tivesse passado a noite fora da povoação⁸⁷.

Nesta circunstância, em Beja, qualquer forasteiro só podia pernoitar nas estalagens do interior das muralhas, porque, explicava o príncipe, “creemos que nom entraram sem Juramento os que a ellas forem pousar”.

O não cumprimento desta norma implicava degredo de um ano para fora da vila e termo, acompanhado da perda dos bens ou de outras penas, “segundo a calidade da pesoa”.

Para maior segurança no cumprimento das suas ordens mandou D. João que junto das portas onde estiverem os guardas – as demais, sem dúvida, estariam fechadas⁸⁸ – como junto às estalagens fossem aposentados quatro escudeiros⁸⁹ para verem quem entrava em uns e outros lugares e de tudo darem conta a Rui de Sousa.

⁸² Retendo aqui o valor da légua equivalente a seis quilómetros, valor proposto por Matos, “Contribuição para o estudo das antigas medidas portuguesas”, p. 862.

⁸³ Como nos dizem Monteano, *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 197; Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico*, p. 20; Albini, *Guerra, fome, peste*, p. 95; Gonçalves, “Enfrentar a peste”, pp. 353-354; Silva, *As portas do mar oceano*, vol. I, p. 166.

⁸⁴ Vejam-se Albini e Gonçalves, *obs. cit.* na nota anterior.

⁸⁵ Sobre algumas das características dos caminhos medievais que neste contexto interessa salientar, pode ver-se, entre outros trabalhos, Gonçalves, “Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas”, pp. 83-84.

⁸⁶ Barros, *Historia da administração publica em Portugal*, t. V, p. 81; Marques, “Administração municipal de Vila do Conde”, p. 45; Tavares, “A política municipal de saúde pública”, p. 21; Gonçalves, “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média”, pp. 355-356.

⁸⁷ Gonçalves, “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média”, p. 356.

⁸⁸ Veja-se o que atrás ficou dito.

⁸⁹ Se, na verdade estavam quatro portas em funcionamento e é certo que havia em Beja um número indefinido de estalagens, embora poucas, quatro escudeiros para fiscalizar quem entrava nuns e noutros lugares, era manifestamente pouco, embora o trabalho que lhes estava atribuído também não fosse pesado. De qualquer modo precisavam identificar todos os que chegavam, para darem conta do cumprimento da

Postos por escrito todos os cuidados que na época eram possíveis para obstar à progressão da epidemia, embora com algumas deficiências, atrás referidas, mas que podiam ser minimizadas por uma segura vigilância das portas, acompanhados pelas respectivas penas a que ficavam sujeitos os infractores, como não podia deixar de ser, na Idade Média, havia de dar-lhes publicidade.

Os meios que a medievalidade conhecia para divulgar fosse o que fosse, eram, naturalmente, à medida humana. Como tudo o mais. Não havia muito que pudesse ser feito para lá do escrito – acessível a muito poucos – para preservar a palavra; a voz humana, treinada, porque voz de pregoeiro, para ser lançada o mais longe possível. Assim se fez. Todas estas normativas foram apregoadas na praça e pelas ruas de Beja, não uma única vez, mas por certo várias e em dias sucessivos, e copiadas no livro da câmara, junto com as actas de vereação. Tudo como era hábito. Para maior divulgação foi mandado que delas se fizessem traslados, escritos por tabelião e assinados pelos juizes da terra, para certificação de autenticidade, a serem colocados em lugares públicos, por certo os habituais, para ninguém “por Jnoramça encorrer nas penas em elle contheudas”.

É certo que só podiam ser lidos por quem o soubesse fazer e eram poucos os que o sabiam. Mas eram muitos os que, vendo um texto afixado em lugar público, logo tratariam de se informar. O seu conteúdo seria facilmente acessível a todos os bejenses. Mas havia os outros, aqueles que, eventualmente, de longe, se dirigissem à vila para tratar qualquer assunto. Sobreretudo aqueles que, por ventura, fossem apanhados, não dentro daquele círculo de três léguas à volta da vila, porque aí ninguém os procuraria, mas nesse outro, de meia légua, os três quilómetros onde, embora talvez com pouca probabilidade, algum dos escudeiros do príncipe o poderia encontrar, no seu esporádico trabalho de patrulhamento. Esses poderiam estar, sim, na ignorância, porque nem a voz nem a letra, ouvida ou lida em Beja, teriam chegado até eles, a não ser que, por sorte, encontrassem no caminho alguém capaz de os avisar. Circulava, é certo, e chegava longe, a notícia de que os príncipes – D. João e a sua mulher, D. Leonor – se encontravam em Beja. Tanto mais que a realeza, que tantas vezes frequentava Évora, raramente descia mais a Sul⁹⁰. Mas isso não era suficiente para os informar de quanto precisavam saber para não caírem, por ignorância, nas graves penalidades prescritas. No entanto, os boatos corriam muito rápidos e todos tratariam de melhor se informar, o que, na época não costumava ser difícil.

Fugir da peste, não só na Idade Média mas até próximo dos nossos dias, era isto o possível. O possível para uma ínfima minoria da população, dado que para a grande maioria não restava qualquer hipótese. E, ainda assim, nem sempre resultava⁹¹. Razão tinha o comum das gentes para considerar que só Deus podia, fazendo o milagre, livrá-las de tamanho mal, não obstante estarem convictas das suas culpas e da consequente zanga divina; razão tinham para clamar, bem alto e em uníssono: “a fome, a peste, a bello, libera nos, Domine”!

missão. Talvez fosse um pessoal pouco numeroso. Por certo o príncipe se fiaria mais nos guardas que tinha junto às portas.

⁹⁰ Embora com metodologias diferentes, já foram estudados muitos dos itinerários dos monarcas portugueses da Idade Média, onde se torna bem visível que poucas vezes eles desceram até Sul de Évora. Para exemplificar com os mais próximos do período cronológico aqui em análise, poder-se-ão citar os de D. Duarte (Moreno, *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*, mapas das pp. 37-42); D. Afonso V, embora apenas os anos correspondentes à regência do infante D. Pedro (idem, “Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)”, mapa em extra-texto), do próprio D. João II (Serrão, *Itinerários de el-rei D. João II (1481-1495)*, mapas em extra-texto).

⁹¹ Não falando no caso de D. Filipa de Lencastre, que se considerava, aos 53 anos, suficientemente velha para dever fugir da peste, ficou atrás lembrado o caso de seu filho D. Duarte. Mas, como se sabe, não foi este monarca o único que, na Europa, faleceu na sequência de um surto de peste.

5. Bibliografia

I – Fontes

1 – Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico
Provimento da saúde, liv. 1.

2 – Impressas

- Duarte, Dom, “Leal conselheiro”, *Obras dos Príncipes de Avis*, int. e revisão por M. Lopes de Almeida, Porto, 1981, pp. 235-442.
- Góis, Damião de, *Crónica do príncipe D. João*, ed. crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, 1977.
- Taranta, Vasco de, “Tratado de la peste” in Ketham, Johannes de, *Compendio de la salud humana*, Zaragoza, Pablo Hurus, 15 Agosto 1494, fol. XXXX-XLVIII.
- “Livro das Eras”, *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. por António Cruz, Porto, 1968, pp. 69-88.
- Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. diplomática e transc. de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa Rodrigues, Lisboa, 1982.
- Pina, Ruy de, “Chronica d’elrei D. João II”, *Crónicas de Rui de Pina*, int. e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977, pp. 883-1033.
- , “Chronica do senhor rey D. Affonso V”, *ib.*, pp. 577-881.
- , “Chronica do senhor rey D. Duarte”, *ib.*, pp. 477-575.
- Regimento proueytoso contra a pestenença*, Porto, 1962.
- Resende, Garcia de, *Crónica de D. João II e miscelânea*, int. de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973.
- Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, parte II, Lisboa, 1668.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta*, int. e notas de Reis Brasil, Mem Martins, 1992.

II – Estudos

- Albini, Giuliana, *Guerra, fame, peste. Crisi di mortalità e sistema sanitario nella Lombardia tardomedievale*, Bolonha, 1982.
- Amasuno, Marcelino V., *Contribución al estudio del fenomeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el “Regimento contra la pestilencia” del bachiller Alfonso López de Valladolid*, Valladolid, 1988.
- , “Cronologías de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”, *Studia historica. Historia medieval*, vol. 12 (1994), pp. 25-32.
- , *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV*, Salamanca, 1996.
- , “Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenomeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV”, *Medicina castellano-leonesa bajomedieval*, Valladolid, 1991, pp. 9-35.
- Barros, Henrique da Gama, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, t. V, 2ª ed., organizado por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, s. d..
- Berlioz, Jacques, “Flagelos”, trad. de Vivian Coutinho de Almeida, *Dicionário temático do Ocidente medieval*, coord. por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. coord. por Hilário Franco Júnior, S. Paulo, 2002, pp. 457-471.
- Biraben, Jean-Noël e Le Goff, Jacques, “La peste dans le Haut Moyen Âge”, *Annales*, E. S. C. (1969), pp. 1484-1508.

- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond e Oliveira, João Carlos, "A saúde", *Nova história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 644-657.
- , v. Dias, João José Alves.
- Braga, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II: uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, 2008.
- , v. Dias, João José Alves.
- Bueno Domínguez, María Luisa, *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*, Zamora, 2001.
- Camps I Clemente, Manuel e Camps I Surroca, Manuel, *La pesta del segle XV a Catalunya*, Lérida, 1998.
- Camps I Surroca, Manuel, v. Camps I Clemente, Manuel.
- Carmona, Juan Ignacio, *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII): insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*, Sevilla, 2000.
- , *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, Sevilla, 2005.
- Carpentier, Elisabeth, "Autour de la Peste Noire: famines et epidémies dans l'histoire du XIV^e siècle", *Annales, E. S. C.* (1962), pp. 1062-1092.
- , *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*, Paris, 1962.
- Coeelho, Maria Helena da Cruz, "“Fugir depressa, para longe e por muito tempo”: comportamentos dos homens acossados pela peste", *Memórias da Academia de Marinha*, vol. L (2020), pp. 435-449.
- Delort, Robert, "Que a peste seja do rato!", *As doenças têm história*, apresentado por Jacques Le Goff, trad. de Laurinda Bom, 2^a ed., Lisboa, 1997, pp. 109-125.
- Delumeau, Jean, *Le péché et la peur: la culpabilization en Occident (XIII^e-XVIII^e siècles)*, Paris, 1983.
- , *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles): Une cité assiégée*, [Paris], 1978.
- Dias, João José Alves, Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, Braga, Paulo Drumond, "A conjuntura", *Nova história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 689-760.
- Domingues, Maria João Monteiro, v. Ferraz, Francisco Manuel Teixeira.
- Duarte, Luís Miguel, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, Rio de Mouro, 2005.
- Falk, Seb, *A Idade Média: a verdadeira Idade das Luzes*, trad. de Elsa T. S. Vieira, Lisboa, 2021.
- Fernandes, Hermenegildo Nuno Goinhas, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, dissert. polic. apres. à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- Ferraz, Francisco Manuel Teixeira e Domingues, Maria João Monteiro, "Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV", *Revista da Faculdade de Letras, Porto, História*, III^a s. (2004), pp. 155-166.
- Ferreira, Maria Emília Cordeiro, "Epidemias", *Dicionário de história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 62-64.
- Fonseca, Luís Adão da, *D. João II*, Rio de Mouro, 2007.
- Frugoni, Chiara, *Paure medievali: epidemie, prodigi, fine del tempo*, Bolonha, 2020.
- García, João Carlos, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, 1986.
- Girón, Fernando, v. Peña, Carmen.
- Gomes, Saul António, *D. Afonso V, o Africano*, Rio de Mouro, 2006.
- Gonçalves, Iria, "Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana)", *Medievalista em linha*, n.º 32, jul-dez. (2022), pp. 341-363. <https://doi.org/10.4000/medievalista.5700>
- , *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, 1987.
- , "Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas", *Media Aetas*, Revista de estudos medievais, II série, vol. 2 (2005-2006), pp. 67-100.
- Gonçalves, Luís Carlos Ribeiro, "Saúde e assistência durante as epidemias na Loulé quinhentista", *Atas do IV Encontro de história de Loulé*, 21 e 22 de Maio de 2021, Loulé, 2021, pp. 177-195.
- Le Goff, Jacques, *La civilisation de l'Occident médiéval*, [2^a ed.], Paris, 1972.

- , v. Biraben, Jean-Noël.
- Leguay, Jean-Pierre, “La peur dans les villes bretonnes au XV^e siècle”, *Peurs citadines, Histoire urbaine*, n° 2, Dezembro (2000), pp. 73-93.
- , “O Portugal germânico”, trad. de Alice Nicolau, Dalila Ferreira e José Cortez, revista por A. H. de Oliveira Marques, *Nova história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, coord. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1993, pp. 11-115.
- , *La rue au Moyen Âge*, Rennes, 1984.
- Macias, Santiago, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, vol. II, Mértola, 2005.
- Magalhães, Joaquim Romero de, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, 1970.
- Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, 1987.
- , *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 6ª ed., Lisboa, 2010.
- Marques, José, “Administração municipal de Vila do Conde, em 1466”, sep. de *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, fasc. 83-84 (1983).
- Matos, Gastão de Melo de, “Contribuição para o estudo das antigas medidas portuguesas”, *Las Ciencias*, ano 18, n.º 4 (1953), pp. 846-865.
- Meirelles, Antonio da Cunha Vieira de, *Memórias de epidemiologia portuguesa*, Coimbra, 1866.
- Mitre Fernández, Emilio, *Fantasmas de la sociedad medieval: enfermedad, peste, muerte*, Valladolid, 2004.
- , *Morir en la Edad Media: los echos y los sentimientos*, Madrid, 2019.
- Moisão, Cristina, *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*, Lisboa, 2018.
- Monteano, Peio J., *Un enemigo mortal e invisible: los navarros en la era de la peste (1348-1723)*, 2ª ed., Pamplona, 2020.
- , *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, Pamplona, 1999.
- Montemayor, Julián, “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”, *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*, Actas del Coloquio celebrado en La Rabida y Sevilla del 14 al 19 Septiembre 1981, vol. II, Madrid, 1985, pp. 1113-1131.
- Moreno, Humberto Baquero, “A epidemia de 1453-54”, sep. da *Revista de Ciências do Homem*, s. B, vol. I, 1968.
- , *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, 1976.
- , “Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)”, sep. da *Revista das Ciências do Homem*, s. B, vol. I, 1968.
- Oliveira, João Carlos, v. Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond.
- Peña, Carmen e Girón, Fernando, *La prevención de la enfermedad en la España bajomedieval*, Granada, 2006.
- Peter, Jean-Pierre, v. Revel, Jacques.
- Pina, Luís de, “A medicina portuense no século XV (alguns capítulos)”, *Studium Generale*, vol. VII, 1960, pp. 387-530.
- Rau, Virgínia, “Um documento português sobre a Peste Negra de 1348”, *Estudos de história medieval*, Lisboa, 1986, pp. 128-131.
- Renouard, Yves, “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”, *Études d'histoire médiévale*, vol. 1, Paris, 1968, pp. 157-164.
- , “L'évènement mondial le plus important du XIV^e siècle: la Peste Noire de 1348-1350”, *ib.*, pp. 143-155.
- Revel, Jacques e Peter, Jean-Pierre, “Le corps : l'homme malade et son histoire”, *Faire l'histoire*, vol. 3, *Nouveaux objects*, dirig. por Jacques Le Goff e Pierre Nora, Paris, 1974, pp. 169-191.
- Roca Cabau, Guillem, “Medidas municipales contra la peste en la Lleida del siglo XIV e inicios del XV”, *Dynamis*, n.º 38: 1 (2018), pp. 15-39.
- Rodrigues, Ana Maria S. A., “Uma peste em Torres Vedras em 1395”, *Espaços, gentes e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, 1996, pp. 13-15.

- Rodrigues, Maria Teresa Campos, *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, 1968.
- Roque, Mário da Costa, *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”. Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, Paris, 1979.
- Rubio, Agustín, *Peste Negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV: la ciudad de Valencia (1348-1401)*, Granada, 1979.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *De princesa a rainha velha: Leonor de Lencastre*, Rio de Mouro, 2011.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, “Évora, cortes de (1481)”, *Dicionário de história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, p. 154.
- , *Itinerários de el-rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, 1993.
- Silva, André Filipe de Oliveira, *A Peste Negra em Portugal: os casos de Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana*, dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2021.
- , “A “Pestis secunda” em Portugal (1362)”, *Revista portuguesa de história*, vol. 52 (2021), pp. 17-33. https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_1
- Silva, Gonçalo Miguel Correia Melo da, *As portas do mar oceano: vilas e cidades portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*, dissertação de doutoramento, vol. I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2021.
- Silva, Manuela Santos, *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, Rio de Mouro, 2012.
- Tavares, Maria José P. Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, 1982.
- , “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”, *Revista de história económica e social*, vol. 19, Janeiro-Abril (1987), pp. 17-32.
- Torres, Rui Abreu, “Terçarias de Moura, Tratado (1479)”, *Dicionário de história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. IV, Lisboa, 1971, p. 156.
- Touati, François-Olivier, “Un mal qui repand la terreur? Espace urbain, maladie et epidemies au Moyen Âge”, *Peurs citadines, Histoire urbaine*, n° 2, Dezembro (2000), pp. 9-38.
- Vaca Lorenzo, Ángel, “La Peste Negra en Castilla: aportación al estudio de algunas de sus consecuencias económicas y sociales”, *Studia historica, Historia medieval*, vol. II, n° 2 (1984), pp. 89-107.

6. Anexos

6.1. Edição *Disposições tomadas pelo príncipe D. João a fim de evitar que o contágio da peste penetrasse em Beja, local para onde ele e sua mulher se haviam retirado, fugindo a esse mesmo contágio que grassava em outros lugares.* (S. I., s. d. (Dezembro de 1479-Janeiro de 1480))

S. I., s. d. (Dezembro de 1479-Janeiro de 1480)⁹².

Disposições tomadas pelo príncipe D. João a fim de evitar que o contágio da peste penetrasse em Beja, local para onde ele e sua mulher se haviam retirado, fugindo a esse mesmo contágio que grassava em outros lugares.

⁹² Para o presente texto seguiram-se os seguintes critérios de transcrição: transcreveu-se o documento em linha contínua, assinalando-se o final de fólio por dois traços oblíquos, paralelos (/); respeitou-se a morfologia do texto original, mantendo-se a separação entre os parágrafos; colocou-se a foliação à esquerda do texto, coincidindo com o início do respetivo fólio; respeitou-se a grafia dos documentos, conservando o uso das consoantes e vogais dobradas, tanto no início como a meio da palavra e o das letras “i”, “j”, e “y” ou “u” e “v”, bem como o das maiúsculas e minúsculas; conservou-se a pontuação original, tanto na sua localização como na sua forma; mantiveram-se os erros do escriba, assinalando-se com: [sic]; as letras, palavras ou frases riscadas, foram, sempre que possível, lidas e transcritas em nota infrapaginal; desenvolveram-se as abreviaturas, utilizando-se o itálico para representar as letras omissas; recompuseram-se as palavras, separando-se de outras ou agrupando as sílabas, de acordo com os critérios morfológicos actualmente em uso; usou-se o til nos ditongos nasais, bem como nas palavras “hū”/“hūa” e suas derivadas.

Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico, *Provimento da Saúde*, Livro 1, fl. 3 a 4v.

Fl. 1⁹³ Nos o *princepe* fazemos saber a vos Juizes e oficiaes fidalguos caualeiros escudeiros e pouuo desta villa de beja que este he o *regimento* e maneira que aveemos por bem e queremos que daquy em diante se tenha na goarda das portas della pera nenhũas pesoas nom poderem emtrar que venham de lugar d honde morrem ante de serem pasados *trimta dias nem trazerem* cousa delles a qual goarda vos encomendamos e mandamos que facaaes com grande deligencia e cuydado *em tall maneira* que a vosa mingoa se nom faga o contrairo

Item primeiramente hordenamos e mandamos que totalas pesoas de qualquer estado e condicam que Sejam que a esta villa nouamente vierem nom emtrem nella senom que venham primeiramente per cada hũu destes lugares aqui nomeados .a saber. por a cuba ou por alfundam ou por aljustres ou por serpa nos quaaes lugares estaram continoadamente pesoas por noso mandado as quaaes daram juramento a todollos que por os ditos lugares vierem nesta maneira .a saber. os cleriguos e religiosos por as hordees. que Receberam E aos comendadores e caualeiros das hordees em seus avitos poemdo nelles as mãaos por qumto este Juramento he a elles tam gramde e nom podem fazer outro sem Cayrem em excumunham e os leiguos nos avanelhos nos quaees poeram as mãaos e os Judeus e mouros em sua lej que o dito Juramento que asy cada hũu fezer verdadeiramente digua de que lugar vem e se pasa de *trimta dias* que foy em lugar onde morem e se traz cousa consigo que sayse de lugar onde morem antes dos *trimta dias* serem passados/ E se por o Juramento disserem que nom foram nem vem de lugar onde morem nem trazem cousas delle ante dos ditos *trimta dias* serem pasados lhes seram dados estpitos asinados por aquellas pesoas // que por noso mandado nos ditos quatro lugares ham d estar pera as goardas das portas desta villa que por vos forem hordenadas os quaees stpitos ham de trazer nesta maneira./

Fl. 1 v.º

Eu fooão faco saber a vos que este estprito virem que foaao .a saber. cleriguo ou relegioso ou comendador ou caualeiro da hordem ou Judeu ou mouro a tamtos dias de tall mēs fez Juramento que pasaua de *trimta dias* que nom foy nem esteue nem emtrou em lugar honde morem nem cousa que com elle vaa

E emtam as goardas abrirom os ditos estpitos que lhe asy forem mostrados pollas pesoas que os trouerem e lhes daram outra vez Juramento na maneira que dito he segundo a calidade de cada pesoa como Estaa declarado e tamto que o dicto Juramento lhes for dado e lhes derem os ditos estpitos que asy ham de trazer segundo por nos he hordenado as ditas goardas os leixarom liurementem emtrar na villa e no arrualde della./

Item vos mandamos que quaaesquer pesoas que a esta villa vierem e nom trouerem nem derem os ditos asinados de cada hũua das pesoas que nos dictos quatro lugares esteuerem aas ditas goardas que os prendaes loguo e tamtos [sic] que presos forem ho façaes loguo saber ao doutor vasco fernandez pera se lloguo enformar donde vieram e aos que achar que vem de lugares donde morem e que ha menos de *trimta dias*. que delles partiram serem comdanadas nas penas por nos hordenadas em tal Caso .a saber. se for fidalguo ou caualeiro ou Escudeiro que perca os beens a metade pera os // Catiuos. e a metade pera quem os acusar e se for piam que seja publicamente acoutado/

Fl. 2

Item Mandamos que qualquer pesoa que vier ou trouer consigo cousa algũua de lugar honde morerem E for achado a tres legoas adentro de rador desta villa amtes dos *trimta dias* serem pasados segundo per nos he hordenado. que encorera nas ditas penas Segundo a calidade da pesoa ou lhe sera dada outra pena qual nosa mercee for segundo a culpa de cada hũu posto que nom entre na villa nem no arrualde/

⁹³ No cimo do fl. estão várias anotações com letras coevas e posteriores. As coevas: “treladasse”, “O Regimento da goarda dos lugares onde morrem”. Posteriores: “não tem data”, “no 1º de saúde”.

Item hordenamos que todollos stpritos que forem dados aas goardas das portas pollas pesoas que de fora a esta villa veerem segundo jaa he dito que os entregues todos ao noso meirinho pera as meter todas em hũa linha e se delles fazer o que per nos he mandado e o dicto meirinho tera cuydado de cada dia hir requerer os dictos estpritos. e saber se comtinoadamente estam aas ditas portas e as goardam como deuem/

Item Mandamos que nenhũus moradores desta villa nem nosos cortesãaos e da primçesa e da Jfante e do duque de viseu nom agasalhem em suas casas e pousadas nenhũas pesoas que Sejam por diuedo nem rrazam que com elles tenham sem o primeiro fazerem saber a Ruy de Sousa noso meirinho moor ou a quem seu crego teuer Saluo nas estalagees de demtro porque creemos que nom emtrarom sem Juramento os que a ellas forem pousar e quaaesquer dos sobreditos que o contrairo fazerem Sejam degradados por hũu ano fora. desta villa e de seu termo. e encorreram nas penas de perdimento dos beens e da contias [sic] segundo a calidade da pesoa asy como aqueles que veerem donde morrerem antes dos trimta dias serem pasados//. //

Fl. 2v.⁹⁴

Item Mandamos que o noso apousemtador e dos dictos senhores E asy os desta villa nom dem pousadas a nenhũas pesoas que Sejam se nom por noso Rooll ou aluara e se o contrairo fazerem que encoreram nas penas que sam postas a os agasalharem em suas casas ou pousadas algũas pesoas Sem o primeiro fazerem saber ao dicto ruy de sousa//.

Item hordenamos que Jumto com as portas da villa honde Esteuerem as goardas ou Jumto com as estalageens sejam apousemtados quatro escudeiros segundo por nos sera mandado ao noso apousemtador pera veerem quem emtra na villa. e nas ditas estallageens e hirem cada dia dar Recado ao dicto Ruy de sousa pera saber e sera enformado de todo e prouer acerca dello segundo vijr que compre//

Item aveemos por bem que algũus dias na somana se guardem as estradas que vem pera esta villa arredor dela a meia legoa pera algũus escudeiros que pera ello serem hordenados pera veerem os que veem e se acharem quem venha sem certidam das pesoas que esteuerem nos luguares⁹⁵ hordenados pera honde mandamos que todos venham serem presos e se a [sic] executar nellas as ditas penas

E pera este noso Regimento ser sabido e nenguem por Jhoramçia encorrer nas penas em elle contheudas Mandamos que Seja⁹⁶ estprito no liuro da camara e apregoado na praca e por toda ha villa e que Se ponha o trellado delle e em outros luguares ppublicos os quaaes sejam feitos por tabeliam e asinado pollos juizes/

fecto cetera//

⁹⁴ No topo do fl. "Regimento goardas da doença".

⁹⁵ Segue-se riscada uma letra.

⁹⁶ Riscada a letra "m".